



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 05/09/2023. Publicação: 06/09/2023. Nº 167/2023.

ISSN 2764-8060

Dê-se ampla publicidade a esta Recomendação, inclusive encaminhando cópia aos meios de comunicações oficiais. Encaminhe-se cópia desta Recomendação, via e-mail, à Biblioteca do Ministério Público do Maranhão e ao Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos para fins publicação e conhecimento, respectivamente. Junte-se cópia aos autos do Procedimento Administrativo Stricto Sensu nº 01/2023 (SIMP Nº 000050-282/2023, para acompanhamento do cumprimento da presente Recomendação. Publique-se e cumpra-se. Grajaú, data e assinatura do sistema.

assinado eletronicamente em 04/09/2023 às 09:30 h (*)
FRANCISCO ANTONIO OLIVEIRA MILHOMEM
PROMOTOR DE JUSTIÇA

REC-1ªPJGRA - 192023

Código de validação: 0C804F5699

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO STRICTO SENSU Nº 01/2022

SIMP Nº 000050-282/2023

A Sua Senhoria o Senhor
Francisco Borba Conceição
Diretor Geral da UPR DE GRAJAÚ/MA.

Recomendação aos Diretores de unidades prisionais e de Unidades de cumprimento de medida socioeducativa com vista à adequada garantia de direitos de pessoas LGBT no sistema prisional ou em cumprimento de medida socioeducativa e demais orientações.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por seu Promotor de Justiça Titular da Promotoria de Justiça de São Luís/MA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 129, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, e artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar Federal nº 75/93, resolve expedir a presente RECOMENDAÇÃO, fazendo-a nos seguintes termos: CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil possui como fundamento estruturante a dignidade da pessoa humana (art. 1º, CF/88);

CONSIDERANDO que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I, CF/88); reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III, CF/88); promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, IV, CF/88);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129 da Constituição Federal, é função institucional do Ministério Público zelar pela proteção dos direitos difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que, na perspectiva constitucional, o Ministério Público é função essencial à justiça, comprometido com a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis e que o êxito na promoção da justiça supõe a efetiva proteção desses direitos;

CONSIDERANDO que o planejamento nacional do Ministério Público brasileiro estabelece a necessidade de retornos úteis para a sociedade, orientados para a defesa dos direitos fundamentais, a transformação social e a indução de políticas públicas, objetivos que supõem a produção de resultados concretos e aptos a promover a efetividade dos direitos defendidos e protegidos pela instituição, com enfoque na celeridade, na ampliação da atuação extrajudicial e em uma atuação proativa, efetiva, preventiva e resolutive;

CONSIDERANDO a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), a Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes e seu Protocolo Facultativo, as Regras Mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos, as Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok), e todos os outros instrumentos internacionais aplicáveis à matéria, bem como os Princípios de Yogyakarta (Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.847, de 2 de agosto de 2013, que instituiu o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências;

CONSIDERANDO as decisões judiciais no HC 497.226/RS e HC 152.491, ambos do STJ, na ADI 4275/DF, na medida cautelar da ADPF 527/DF, ambas do STF;

CONSIDERANDO a Resolução Conjunta nº 1/2014, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD/LGBT) e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP/MJ), que estabelece parâmetros para o acolhimento de pessoas LGBT em privação de liberdade no Brasil, publicada em 17 de abril de 2014;

CONSIDERANDO a Resolução n. 348, de 13 de outubro de 2020, alterada pela Resolução n. 366, de 20 de janeiro de 2021, do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente;

CONSIDERANDO a Nota Técnica n.º 7/2020 – DIAMGE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ, expedida pela Divisão de Atenção às Mulheres e Grupos Específicos - DIAMGE, vinculada à Coordenação-Geral da Cidadania e Alternativas Penais - CGCAP, da Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP, do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, que trata dos procedimentos quanto

43



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 05/09/2023. Publicação: 06/09/2023. Nº 167/2023.

ISSN 2764-8060

à custódia de pessoas LGBTI no sistema prisional brasileiro e atenta para que as políticas públicas no sistema prisional não ignorem as diversidades da população carcerária e, por isso, não devem dar o mesmo tratamento para as pessoas que se encontram presas, mas, sim, considerá-las em suas especificidades;

CONSIDERANDO a Nota técnica nº 8, de 15 de março de 2016 – CNMP, no Protocolo Policial para Enfrentamento da Violência LGBTfóbica no Brasil (FGV – SP), Manual de atendimento e abordagem da população LGBT por agentes de segurança pública elaborado pela Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Intersexos - RENOSP LGBTI+, a cartilha Segurança Pública e LGBT, da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) e o Manual – Resolução nº 348/2020: Procedimentos relativos a pessoas LGBTI acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade: orientações a tribunais, magistrados e magistradas voltadas à implementação da Resolução nº 348/2020, do Conselho Nacional de Justiça, e o Manual de Prevenção e Combate à Tortura e Maus-tratos para Audiência de Custódia, do Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime;

CONSIDERANDO a Portaria nº 147/20221 – GP/FUNAC, que dispõe sobre os parâmetros para acolhimentos de adolescentes com respeito à sua orientação sexual e identidade de gênero no âmbito das Unidades de Atendimento da FUNAC;

CONSIDERANDO a Carta de Conclusão do XI Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional, que previu uma série de medidas voltadas à garantia de direitos das pessoas LGBT encarceradas;

CONSIDERANDO que o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, expediu o ATO-GPGJ-12/2021 que instituiu o Programa de Atuação em Defesa de Direitos Humanos (PADHUM) e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, expediu recomendação que dispõe sobre o Plano de Atuação em Defesa dos Direitos Humanos (PADHUM) para o enfrentamento do racismo, da LGBTfobia e da intolerância religiosa;

CONSIDERANDO que este órgão ministerial aderiu ao Plano de Atuação em Direitos Humanos (PADHUM) para o enfrentamento do racismo, da LGBTfobia e da intolerância religiosa de que trata a recomendação;

CONSIDERANDO a instauração do Procedimento Administrativo Stricto Sensu nº 01/2023 (SIMP Nº 000050-282/2023), cujo objeto visa à adequada garantia de direitos de pessoas LGBT no sistema prisional ou em cumprimento de medida socioeducativa.

RESOLVE RECOMENDAR:

Ao Diretor da Unidade Prisional de Grajaú, Sr. FRANCISCO BORBA CONCEIÇÃO, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, procedam à implementação de política de boas práticas de respeito aos seguintes direitos de pessoas LGBT em privação de liberdade:

- de serem chamadas pelo nome social, bem como a inclusão deste no registro de admissão no estabelecimento prisional ou da unidade de cumprimento de medida socioeducativa;

- da disponibilização de espaço de vivência específico a gays, bissexuais, intersexuais privados de liberdade em unidades prisionais masculinas, considerando sua segurança e especial vulnerabilidade, não se confundindo este espaço com aquele destinado à aplicação de medida disciplinar, desde que não cause prejuízo à segurança carcerária;

- do encaminhamento, mediante declaração de vontade, das travestis e das pessoas transexuais masculinas e femininas para as unidades prisionais femininas;

- do tratamento isonômico das travestis e das mulheres transexuais em relação ao das demais mulheres em privação de liberdade;

- do uso facultativo de roupas femininas ou masculinas, conforme o gênero, e a manutenção de cabelos compridos, se o tiverem, garantindo seus caracteres secundários, de acordo com sua identidade de gênero, no caso de pessoa travesti ou transexual em privação de liberdade;

- de visita íntima, onde e quando for permitida, sem qualquer discriminação em relação à permissão existente para as demais pessoas privadas de liberdade;

- da manutenção do tratamento hormonal e acompanhamento de saúde específico, no caso de pessoa travesti, mulher ou homem transexual em privação de liberdade;

- da atenção integral à saúde, atendidos os parâmetros da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional – PNAISP, garantindo-se medidas como o tratamento ginecológico, urológico e endocrinológico para pessoas transexuais, travestis e intersexuais;

- do acesso e continuidade da formação educacional e profissional à pessoa LGBT;

- da emissão de documentos, nos termos do artigo 6º da Resolução CNJ nº 306/2019, ou a retificação da documentação civil da pessoa, quando solicitado pela pessoa autodeclarada parte da população LGBT, garantida a gratuidade na emissão e retificação;

- garantia do atendimento protetivo e do respeito aos direitos fundamentais das pessoas em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero, considerando a perspectiva dos direitos humanos;

- que a unidade prisional implemente e mantenha atualizado os cadastros relacionados à população LGBT nas unidades prisionais.

Em caso de não acatamento desta Recomendação em relação à garantia de tais direitos no sistema prisional ou de cumprimento de medida socioeducativa, em desacordo com a legislação vigente e que evidenciem a prática de LGBTfobia, o Ministério Público informa que adotará as medidas legais necessárias a fim de assegurar a sua implementação, visando a responsabilização pessoal dos que derem causa ao descumprimento.

Dê-se ampla publicidade a esta Recomendação, inclusive encaminhando cópia aos meios de comunicações oficiais.

Encaminhe-se cópia desta Recomendação, via e-mail, à Biblioteca do Ministério Público do Maranhão e ao Centro de Apoio



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 05/09/2023. Publicação: 06/09/2023. N° 167/2023.

ISSN 2764-8060

Operacional de Direitos Humanos para fins publicação e conhecimento, respectivamente.
Junte-se cópia aos autos do Procedimento Administrativo Stricto Sensu n° 01/2023 (SIMP N° 000050-282/2023), para acompanhamento do cumprimento da presente Recomendação.
Publique-se e cumpra-se.
Grajaú, data e assinatura do sistema.

assinado eletronicamente em 04/09/2023 às 09:29 h (*)
FRANCISCO ANTONIO OLIVEIRA MILHOMEM
PROMOTOR DE JUSTIÇA

IMPERATRIZ

PORTARIA-1ªPJEITZ - 132023

Código de validação: 2291931F38
INQUÉRITO CIVIL n° 005865-253/2023.

Órgão: 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz.

Área de Atuação: Patrimônio Público e Probidade administrativa.

Investigado(s): FRANCISCO DE ASSIS ANDRADE RAMOS, DANIEL ENDRIGO ALMEIDA MACEDO, LUIZ CARLOS FERREIRA CEZAR, ALEX BRUNNO VIANA DA SILVA e CAIO CESAR DE OLIVEIRA LUCIANO.

Assunto: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa, em razão da utilização de servidor público em serviços particulares. O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por seu representante legal signatário, Promotor de Justiça respondendo pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, inc. II e VI, da Constituição da República, art.2º, inc.I, da Resolução n° 23/2007 do CNMP e art. 26, inc. I, da Lei Federal n° 8.625/93, sem prejuízo das demais disposições legais pertinentes, em especial os arts. 3º, inc. V e 5º, inc. II, ambos do Ato Regulamentar Conjunto n° 05/2014, CONSIDERANDO que são atribuições institucionais do Ministério Público, nos termos do art. 127 da Constituição Federal/88, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública assegurados na Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que as investigações preliminares no bojo do PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO n° 005865-253/2023 levaram à conclusão de que DANIEL ENDRIGO ALMEIDA MACEDO, LUIZ CARLOS FERREIRA CEZAR, ALEX BRUNNO VIANA DA SILVA e CAIO CESAR DE OLIVEIRA LUCIANO, advogados integrantes da Banca de Advogados DANIEL MACEDO ADVOGADOS, servidores públicos do Município de Imperatriz, estariam promovendo a defesa particular do Prefeito de Imperatriz, FRANCISCO DE ASSIS ANDRADE RAMOS;

CONSIDERANDO que são princípios norteadores da Administração Pública e de seus respectivos gestores a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência;

CONSIDERANDO o teor do art. 19 da Constituição do Estado do Maranhão, segundo o qual "A Administração Pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade e eficiência";

RESOLVE:

INSTAURAR o Inquérito Civil n° 005865-253/2023, tendo por objeto apurar a prática de ato de improbidade administrativa prevista no art. 9º, IV da Lei 8.429/1992;

Fica, desde já, nomeados os servidores lotados nesta Promotoria de Justiça para atuarem como secretários, e, para tanto, determino, como providência preliminar, o seguinte:

- Registrar no SIMP e atuar;
- Dê-se publicidade ao presente ato publicando-o em quadro próprio deste órgão ministerial;
- Enviar cópia à Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça, para que seja encaminhada à publicação no Diário Oficial;

Após, voltem os autos para novas deliberações.

Imperatriz/MA, data de assinatura eletrônica.

assinado eletronicamente em 01/09/2023 às 14:47 h (*)
GLAUCE MARA LIMA MALHEIROS
PROMOTORA DE JUSTIÇA

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL

Ref. Registro: 010020-253/2022

Área: Defesa do Meio Ambiente